

**Portaria n.º 50/70**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, aprovar e pôr em vigor para o ano de 1970, com os valores seguidamente designados, o orçamento privativo das forças terrestres ultramarinas da província da Guiné:

*Receita ordinária:*

Complemento da metrópole:

Do Orçamento Geral do Estado — Despesa extraordinária — Encargos Gerais da Nação . . . . .	36 455 000\$00
Receitas consignadas ao Fundo de Defesa Militar do Ultramar . . . . .	2 095 000\$00
	<u>38 550 000\$00</u>

*Despesa ordinária:*

Total da despesa . . . . .	(a) 38 550 000\$00
----------------------------	--------------------

(a) Inclui 2 095 000\$ de consignação de receitas para o Fundo de Defesa Militar do Ultramar.

Presidência do Conselho, 26 de Janeiro de 1970. — O Ministro da Defesa Nacional, Horácio José de Sá Viana Rebelo.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* da Guiné. — J. da Silva Cunha.

**Portaria n.º 51/70**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, aprovar e pôr em vigor para o ano de 1970, com os valores seguidamente designados, o orçamento privativo das forças terrestres ultramarinas da província de S. Tomé e Príncipe:

*Receita ordinária:*

Contribuição da província nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959 . . . . .	1 300 000\$00
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------

Complemento da metrópole:

Do Orçamento Geral do Estado — Despesa extraordinária — Encargos Gerais da Nação . . . . .	4 452 000\$00
--------------------------------------------------------------------------------------------	---------------

Receitas consignadas ao Fundo de Defesa Militar do Ultramar . . . . .	2 389 000\$00
	<u>8 141 000\$00</u>

*Despesa ordinária:*

Total da despesa . . . . .	(a) 8 141 000\$00
----------------------------	-------------------

(a) Inclui 2 389 000\$ de consignação de receitas para o Fundo de Defesa Militar do Ultramar.

Presidência do Conselho, 26 de Janeiro de 1970. — O Ministro da Defesa Nacional, Horácio José de Sá Viana Rebelo.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe — J. da Silva Cunha.

**Portaria n.º 52/70**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, aprovar e pôr em vigor para o ano de 1970, com os valores segui-

damente designados, o orçamento privativo das forças terrestres ultramarinas da província de Macau:

*Receita ordinária:*

Contribuição da província nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959 . . . . .	12 229 000\$00
Contribuição dos serviços autónomos dos Correios, Telégrafos e Telefones, nos termos do artigo 1.º do Decreto n.º 44 342, de 12 de Maio de 1962 . . . . .	2 006 971\$40
Crédito especial a abrir pela província em conta dos saldos de exercícios findos . . . . .	4 250 000\$00
Complemento da metrópole:	

Do Orçamento Geral do Estado — Despesa extraordinária — Encargos Gerais da Nação . . . . .	9 481 628\$30
--------------------------------------------------------------------------------------------	---------------

Receitas consignadas ao Fundo de Defesa Militar do Ultramar . . . . .	2 124 098\$30
	<u>30 091 698\$00</u>

*Despesa ordinária:*

Total da despesa . . . . .	(a) 30 091 698\$00
----------------------------	--------------------

(a) Inclui 2 124 098\$30 de consignação de receitas para o Fundo de Defesa Militar do Ultramar.

Presidência do Conselho, 26 de Janeiro de 1970. — O Ministro da Defesa Nacional, Horácio José de Sá Viana Rebelo.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Macau. — J. da Silva Cunha.

**Portaria n.º 53/70**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, aprovar e pôr em vigor para o ano de 1970, com os valores seguidamente designados, o orçamento das forças terrestres ultramarinas da província de Timor:

*Receita ordinária:*

Contribuição da província nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959 . . . . .	813 000\$00
Complemento da metrópole:	

Do Orçamento Geral do Estado — Despesa extraordinária — Encargos Gerais da Nação . . . . .	37 737 000\$00
--------------------------------------------------------------------------------------------	----------------

Crédito especial a abrir pela província em conta de saldos de exercícios findos . . . . .	1 000 000\$00
-------------------------------------------------------------------------------------------	---------------

Receitas consignadas ao Fundo de Defesa Militar do Ultramar . . . . .	739 000\$00
	<u>40 289 000\$00</u>

*Despesa ordinária:*

Total da despesa . . . . .	(a) 40 289 000\$00
----------------------------	--------------------

(a) Inclui 739 000\$ de consignação de receitas para o Fundo de Defesa Militar do Ultramar.

Presidência do Conselho, 26 de Janeiro de 1970. — O Ministro da Defesa Nacional, Horácio José de Sá Viana Rebelo.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Timor. — J. da Silva Cunha.

**Portaria n.º 54/70**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, aprovar e pôr em vigor para o ano de 1970, com os valores segui-